

Lira se reúne com líderes em mais um passo para acelerar tramitação da PEC 32

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), anunciou nesta segunda-feira (7) que realizará uma reunião, nesta na terça-feira (8), com todos os líderes partidários da Casa para “discutir mérito, ritos e procedimentos de tramitação” da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº32, que trata da reforma Administrativa, ou mais precisamente da destruição do serviço público no Brasil.

Servidores já estão mobilizados nas redes sociais levantando a hashtag #LiraPEC32Não, apesar do tuitaço contra a reforma estar programado para começar às 19h. E entre os sindicatos tem desde os que representam os profissionais da educação até os da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que estão na linha de frente do combate a pandemia do novo coronavírus.

A proposta está na comissão especial, depois que deputados da base do presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL) aceleraram votação da PEC na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), presidida pela deputada bolsonarista Bia Kicis (PFL).

Em duas postagens em sua página no Twitter, Lira falou sobre a reunião e, mais uma vez, disse que a reforma não atingirá direitos dos atuais servidores e que as mudanças serão conduzidas com “cuidado e responsabilidade”.

O que Lira não disse é que a reforma prejudica a população brasileira que pode ficar sem serviço público que será privatizado e tem potencial para facilitar a corrupção ao tirar a estabilidade do servidor e abrir caminhos para contratação de pessoas apadrinhadas por políticos sem compromisso com a qualidade do serviço prestado e a ética pública.

O presidente da Câmara também não disse que a PEC 32 ameaça o futuro de milhares de pessoas que todo ano tentam entrar na carreira

pública como servidores, seja por ter esperança em uma estabilidade profissional, seja por ter o sonho de servir ao país.

O governo diz que quer modernizar, reduzir custos e outras defesas inconsistentes das propostas, mas ninguém diz, nem o presidente da Câmara que a PEC não prejudica juízes, procuradores, deputados e senadores, além dos militares, os altos salários do país e os cargos onde os servidores têm mais penduricalhos para aumentar os vencimentos.

O fato é que a PEC 32 retira a estabilidade dos servidores, com exceção dos “cargos típicos de Estado”, que aquelas que existem somente na administração pública, como auditor da Receita Federal, diplomatas, policiais federais, auditores fiscais e técnicos do Banco Central (BC). O detalhamento desses grupos não consta na PEC 32, primeira etapa da reforma Administrativa. Segundo o governo, as carreiras típicas de Estado serão definidas em um projeto de lei específico.

A reforma Administrativa prevê ainda o fim do Regime Jurídico Único, responsável por regulamentar o vínculo entre os servidores e o poder público. Se a reforma for aprovada, cada cargo público será regido por normas distintas a depender de cada exercício, ou seja, de acordo com o governo de plantão. O resultado dessas mudanças é que os servidores públicos poderão ser demitidos com mais facilidade, caso investiguem e denunciem uma autoridade que cometeu um crime.

A PEC também estipula que sejam aplicadas avaliações periódicas de desempenho. As mudanças valerão para quem for admitido depois de eventual entrada da proposta em vigor.



O texto coloca na Constituição um ano de período de experiência para os cargos com vínculo de prazo indeterminado e uma avaliação ao final do período para efetivação. Para os “cargos típicos de Estado”, o período de experiência é de ao menos dois anos.

A proposta proíbe a concessão de mais de 30 dias de férias por ano e de aposentadoria compulsória de servidor público como forma de punição. A prática é comum entre juízes e procuradores do Ministério Públicos, mas esses não serão afetados pela PEC.

O texto também veda aumentos motivados apenas por tempo de serviço, aumentos retroativos, licenças decorrentes de tempo de serviço (exceto para capacitação), entre outras restrições.

O projeto estabelece parâmetros para contratação de servidores por prazo determinado. Podem ser admitidos para atender a:

Necessidade temporária decorrente de calamidade, emergência, paralisação de atividades essenciais ou acúmulo transitório de serviço;

Atividades, projetos ou necessidade temporários ou sazonais, com indicação da duração dos contratos;

Atividades ou procedimentos sob demanda (não explica quais).

A proposta determina que uma lei estabeleça regras para cooperação entre órgãos e entidades públicas e privadas para executar serviços públicos.

Fonte: Condsef

STF quebra sigilo e PF quer inquérito sobre caixa 2 para financiar bolsonaristas

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), retirou o sigilo dos principais documentos do Inquérito (INQ) 4828, que investiga a realização de atos antidemocráticos. A decisão é de sexta-feira (4). O inquérito foi instaurado a pedido do procurador-geral da República, Augusto Aras, com base na Lei de Segurança Nacional, em abril do ano passado. Porém, a mesma PGR solicitou ao STF o arquivamento de inquérito envolvendo 11 deputados bolsonaristas nos ataques que pediam fechamento do Congresso e do STF.

A PGR afirma que a Polícia Federal (PF) não encontrou provas da participação dos parlamentares nos atos contra as instituições democráticas. O pedido de arquivamento foi apresentado pelo vice-procurador-geral Humberto Jacques de Medeiros.

Moraes x Aras

A quebra de sigilo por Moraes indica haver um embate entre ele e a PGR, cujo “chefe”, Augusto Aras, é aliado do presidente Jair Bolsonaro e postulante a uma indicação de seu nome ao próprio STF. O pedido de arquivamento feito pela PGR é de sexta-feira (4), mesma data da decisão assinada por Moraes.

O vice-procurador-geral argumenta que o trabalho da PF no caso não estabeleceu “um nexo de causalidade, o envolvimento do governo federal na movimentação de recursos para a propagação de processos violentos ou ilegais para

alteração da ordem política e de outros crimes previstos na lei de segurança nacional”.

A manifestação de Medeiros contradiz a reputação da delegada Denisse Ribeiro, que assina o relatório da PF. Ela é considerada competente e com posições rigorosas. A delegada afirma que há “a necessidade de aprofundamento das investigações” e pede a Alexandre de Moraes que o STF abra inquérito específico sobre caixa 2 para financiar atos antidemocráticos. “Sugere-se ao juízo que determine a separação desse evento para permitir a instauração de um inquérito policial próprio”, diz o relatório de Ribeiro, segundo reportagem da CNN Brasil.

Na reportagem, a PF afirma terem sido “identificados diversos eventos ainda sem elucidação”. Cita como exemplo um diálogo de 2019 entre o empresário Luís Felipe Belmonte, que foi vice-presidente do Aliança pelo Brasil (grupo bolsonarista que pretendia ser um partido), e sua esposa, a deputada federal Paula Belmonte (Cidadania-DF). O objetivo seria criar uma empresa de eventos “montada com o intuito de justificar o dinheiro de caixa-dois”, segundo a PF.

Copa América

O Ministério Público Federal – por meio do subprocurador Carlos Alberto Vilhena, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão – decidiu realizar uma ação coordenada para investigar a CBF e os estados e municípios que vão sediar a Copa América no Brasil, assim como o SBT e a Disney (dona dos canais ESPN e Fox Sports), que transmitirão os jogos. As empresas patrocinadoras também serão investigadas:

O pedido é para a apuração de eventuais práticas contra os direitos à vida e à saúde pelos organizadores, as emissoras e patrocinadores da competição esportiva. Vilhena determinou a expedição de ofícios aos procuradores dos estados de Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal para que abram as investigações.

Fonte: CUT

